



Informe de Política Exterior Brasileira

Nº 706

24/04/2022 a 30/04/2022¹



O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Profa. Dra. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Profa. Dra. Érica Cristina Winand, Prof. Me. Jorge Oliveira Rodrigues, Profa. Dra. Lívia Peres Milani.

Equipe de revisão: Profa. Dra. Lívia Peres Milani, Prof. Guilherme Paul Berdu, Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillard, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa.

Equipe de redação: Adler Silva, Ailton Salvadori, Arthur de Freitas, Enio Sacramento, Gabriela Guillard, Isadora Cordeiro, João Pedro Araújo, Larissa Aguiar Albuquerque, Maria Luiza Quirino, Maria Victória Nunes Souza, Regiane Rosa Boaventura, Vinícius Duarte Alves, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa.

¹ Nos dias 24, 29 e 30 de abril não houveram notícias de política externa brasileira.

Bolsonaro cumprimentou Macron por vitória nas eleições

No dia 25 de abril, por meio de nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o presidente Jair Bolsonaro (PL) saudou seu homólogo francês, Emmanuel Macron, pela reeleição ao cargo. O texto declarou interesse do governo brasileiro em manter uma agenda bilateral, visando um aprofundamento dos vínculos entre os dois países e, conseqüentemente, obtenção de benefícios mútuos. Bolsonaro e Macron mantiveram uma relação marcada por tensões, principalmente em razão da pressão francesa sobre as ações ambientais do Brasil. À vista disso, diplomatas do MRE consideraram a nota oportuna. Por fim, pré-candidatos à presidência do Brasil cumprimentaram, por meio de mídia social, o mandatário francês e comemoraram a derrota de sua adversária, Marine Le Pen ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 25/04/2022](#); [O Estado de S. Paulo - On-line - Internacional - 25/04/2022](#); [Folha de S. Paulo – Impresso – Mundo – 26/04/2022](#)).

Em visita, representantes dos EUA prometeram discutir pedido do Brasil sobre fertilizantes

No dia 25 de abril, em Brasília, após pedido do presidente Jair Bolsonaro (PL) à Organização Mundial do Comércio (OMC) de que a discussão sobre segurança alimentar e acesso a fertilizantes fosse abordada pelo governo estadunidense, diplomatas dos Estados Unidos (EUA) declararam que vão discutir o assunto com o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A subsecretária para Assuntos Políticos dos EUA, Victoria Nuland, afirmou que o governo Joe Biden está trabalhando com o Ministério da Agricultura para conhecer e assegurar o estoque brasileiro de fertilizantes, a fim de fortalecer a produção e exportação de alimentos do Brasil. O secretário das Américas no Ministério das Relações Exteriores, Pedro Miguel da Costa e Silva, anunciou que os diplomatas estadunidenses reconheceram a questão dos fertilizantes como complicada para o Brasil. Silva informou que os EUA não pediram aderência do Brasil às sanções contra a Rússia ou redução na exportação de fertilizantes do país euroasiático. Por fim, em reunião com autoridades brasileiras, Nuland declarou que ambos os países se unem para a promoção da democracia ([O Estado de S. Paulo - On-line - Economia - 25/04/2022](#); [Folha de S. Paulo - Impresso - Mundo - 27/04/2022](#)).

Senado aprovou projeto de lei sobre o período do Holodomor na Ucrânia

No dia 26 de abril, o Senado Federal aprovou um projeto de lei que reconhece o período do Holodomor como genocídio do povo ucraniano e definiu o quarto sábado de novembro como o Dia da Memória do Holodomor. Esse projeto é de autoria do senador Alvaro Dias (Podemos-PR) e refere-se à crise generalizada de fome na Ucrânia durante o regime soviético liderado por Josef Stalin. Dias declarou que essa é uma forma de demonstrar solidariedade ao povo ucraniano no Brasil em meio ao conflito que ocorre no Leste Europeu. Por fim, a Câmara dos Deputados ainda precisa analisar tal projeto ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 27/04/2022](#)).

Alemanha apresentou interesse em ajuda do Brasil para doar blindados à Ucrânia

A Alemanha apresentou interesse em ajuda brasileira para viabilizar a entrega de blindados de defesa antiaérea à Ucrânia, de forma que Kiev se defenda de Moscou. O pedido alemão aconteceu mesmo após o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter prestado solidariedade à Rússia uma semana antes da invasão à Ucrânia. Em 2013, o Exército Brasileiro comprou 34 blindados da Alemanha, visando a segurança de grandes eventos e, posteriormente, o Brasil havia procurado os alemães para revender esses equipamentos, mas sem sucesso. Apesar do interesse da Alemanha, o Centro de Comunicação Social do Exército informou que a instituição ainda não recebeu nenhum pedido para fornecimento de munição do sistema antiaéreo Gepard para o Estado alemão, a fim de ser encaminhado à Ucrânia. Ademais, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil não deu informações acerca do assunto ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 28/04/2022](#)).

Brasil não aderiu à proposta dos EUA para defesa de internet aberta

O Brasil não aderiu à proposta dos Estados Unidos (EUA) que defende a manutenção da internet como uma rede aberta, sem barreiras entre países, com livre fluxo de informações e respeito aos direitos humanos. A saber, a Declaração para o Futuro da Internet, que não tem peso legal e serve como uma carta de intenções, foi assinada por cerca de 60 países e a Comissão Europeia, não tendo sido aderida por Estados como China, Índia e Rússia. Todavia, o governo americano afirmou que as nações que não se juntaram à proposta ainda podem fazê-lo. Os signatários se comprometeram a trabalhar para promover e manter um modelo de internet em que haja fluxo livre de informações, com troca de dados entre países e plataformas diferentes, proteção à privacidade dos usuários e aos direitos humanos fundamentais, especialmente a liberdade. Ainda, defenderam um modelo descentralizado, sem que os governos fiquem responsáveis por controlar a rede. Outrossim, por meio da Declaração, os Estados se comprometeram a aplicar a neutralidade da rede, garantindo acesso similar a todos, sem impor bloqueios ou reduções de velocidade de acesso de forma proposital. Também assumiram a responsabilidade de não usar a internet para minar processos eleitorais, incluindo o uso de campanhas de manipulação e desinformação. Além disso, os países prometeram atuar em conjunto para garantir o acesso ao mundo digital a todos e fazer parcerias para combater crimes digitais. Por fim, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil ainda não se manifestou sobre a posição adotada pelo país ([Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 28/04/2022](#)).